Um projeto mentiroso e injusto

A proposta governamental de transposição do Rio São Francisco é polêmica. Leia nas próximas páginas os argumentos favoráveis e contrários à realização do projeto.

TEXTO: RUBEN SIQUEIRA*

A globalização dos mercados e a tecnologia tornaram o Nordeste semi-árido brasileiro interessante para novos ciclos de exploração econômica. O clima seco e as águas do São Francisco e dos rios temporários possibilitaram a fruticultura irrigada, que exporta manga e uva de qualidade para o Hemisfério Norte, e a produção de açúcar e álcool combustível a partir da cana-de-açúcar. Mais recentemente, expande-se a produção do biodiesel a partir de culturas como a da mamona. E a carcinicultura, criação de camarão em cativeiro (cada quilograma gasta 50 mil litros de água!). A disputa pelo mercado internacional de ferro e aço levou à implantação do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, em Fortaleza, estado do Ceará. Todas essas atividades são altamente consumidoras de água, insumo cada vez mais disputado na nova competitividade global. É para essas atividades que querem transpor águas do rio São Francisco, manancial mais próximo, e posteriormente transpor águas do rio Tocantins (Bacia Amazônica) para os rios São Francisco e Parnaíba.

Dados do próprio projeto governamental confirmam essa destinação das águas transpostas: 70% para irrigação e 26% para uso urbano e industrial. A direção dos canais é exatamente a dos grandes reservatórios existentes, para possibilitar esses usos. A área realmente "beneficiada" corresponde a apenas 5% do território do semi-árido. Apenas 4% da água serão destinados à população rural, aquela afetada pelas secas.

Desta vez, porém, o mecanismo de manipular as secas é mais sofisticado e perverso. São alegados 12 milhões de beneficiados com o projeto, toda a população do chamado Nordeste Setentrional em 2025, porque serão eles a arcar com os custos do uso econômico de água tão cara. Estudos realizados na Universidade de São Paulo calculam que os custos finais poderão ser de 15,5 a 31,2 centavos de dólares por m³, dependendo de o ano ser úmido ou seco**. O projeto afirma que serão cobrados do consumidor final 11 centavos de real por m³. Como não há interesse de organismos multilaterais na obra (o Bird recusou-se a financiá-la por achá-la cara e de baixo alcance), o ônus deverá ser de toda a população. Ao pagar a conta doméstica mensal de água, que deverá se elevar gradativamente, a população das cidades, principalmente dos grandes centros, beneficiada ou não, estará bancando (em 85% da receita do projeto) os exportadores de água em frutas, camarão e aço.

A bacia do Rio São Francisco

O governo brasileiro argumenta a favor do projeto que serão desviados apenas 1,4% das águas vertidas pela barragem de Sobradinho (reservatório que funciona como o "coração" de um rio já totalmente artificializado) e que devem chegar à foz (1.850 m³/s). Na verdade, trata-se de mais de 100% da vazão de 25 m³/s que sobra do rio (diferença entre os 360 m³/s passíveis de uso e os 335 m³/s já outorgados pelo Comitê de Bacia para usos mais viáveis na própria bacia do São Francisco). Os usos múltiplos, desintegrados e indisciplinados do rio (desmatamento, irrigação, poluição por esgotos domésticos, minerários, industriais e por agrotóxicos, e barramentos) tornaram-no um rio condenado à morte. Os mais prejudicados são os camponeses, os pescadores artesanais e a população pobre rural e urbana. O São Francisco não suporta mais um novo uso, precisa de urgente e séria revitalização.

Os próprios Estudos de Impacto Ambiental do projeto identificaram 44 impactos da obra, sendo 12 positivos e 32 negativos.

Bem ao contrário da propaganda oficial, a transposição não significará solução para os pobres, senão que lhes trará mais dificuldades, na bacia doadora e nas receptoras. E se água concentrada em usos econômicos intensivos resolvesse o problema da pobreza já o tinha feito ao longo do rio São Francisco, cujos índices de desenvolvimento humano na sua porção semiárida são tão ou mais baixos que os do Nordeste Setentrional. O que precisa o diversificado Nordeste não é de importação e concentração de água, mas de um conjunto variado de ações, a começar por uma reforma hídrica eficiente, acompanhada de uma gestão mais democrática e competente da água disponível.

Para esse fim organizaram-se vários fóruns e grupos da sociedade civil, como a "Articulação Popular para a Revitalização do Rio São Francisco", apoiada pela Misereor/Alemanha, contra o projeto de transposição e a favor de uma verdadeira revitalização do rio e de um verdadeiro desenvolvimento sustentável da região semiárida do Nordeste. ■

* *Sociólogo, da CPT Bahia, coordenador do Projeto Articulação Popular para a Revitalização do São Francisco, apoiado pela Misereor / Alemanha.* ** *www.projetobr.com.br/Content.aspx?Id=382, p.8.*